

Brasília: uma biografia comunista

Gyovanna Teixeira Freire

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Koury (Universidade São Judas Tadeu).

Pesquisa: Iniciação Científica, Universidade São Judas Tadeu, 2017.

O artigo¹ apresenta a proposta da equipe de Vilanova Artigas para o Concurso de Brasília em 1956, realizada à luz do ideário comunista. Com a vitória do projeto de Lúcio Costa, a equipe de Artigas termina em quinto lugar no concurso, sem render grandes destaques na literatura. O objetivo principal do artigo é apresentar levantamentos realizados a partir do Memorial Descritivo de Brasília, em um momento

que o Partido Comunista Brasileiro fazia parte dos ideais dos arquitetos da época, que consideravam, quem sabe, ter a nova Capital Federal como palco para a famigerada Revolução Comunista. Certas conclusões nos levam a um paradoxo de Brasília: a proposta de uma cidade de cunho comunista com características que não só valorizam a monumentalidades do poder, mas que propõe, ao mesmo tempo, visibilidade à população.

Palavras-chave: Vilanova Artigas; Brasília; comunismo.

Brasilia: a communist Biography

This article brings forward the proposal by Vilanova Artigas' team for the "National Contest for the Pilot Plan for the New Capital of Brazil" in 1956 carried out according to the communist ideology. Because of Lúcio Costa's winning plan, Artigas' team's proposal — fifth place in the competition — had no great highlight in the Architecture History literature. Therefore, the main objective of this paper is to present some information extracted from the Artigas' team's Descriptive Memorandum of Brasilia. We take into consideration the ideals of the architects who were involved with the Brazilian Communist Party, considering perhaps, that they wanted to use the New Federal Capital for the Communist Revolution. In conclusion, there was a paradox: Artigas' team's proposal for a communist city had characteristics that not only valued the monumentalities of power, but it also proposed visibility to the population.

Keywords: Vilanova Artigas; Brasilia; communism.

Brasilia: una biografía comunista

El artículo presenta la propuesta del equipo de Vilanova Artigas para el Concurso de Brasilia en 1956, desde el punto de vista de las ideas comunistas. Con el proyecto ganador de Lúcio Costa, el equipo de Artigas termina en quinto lugar en el concurso, sin lograr grandes énfasis en la literatura. El objetivo principal del artículo es presentar las encuestas realizadas desde el Memorial Descriptivo de Brasilia, considerando el momento en que el Partido Comunista Brasileño era parte de los ideales de los arquitectos de la época, que consideraban llevar a cabo la Nueva Capital Federal como escenario para la tan famosa Revolución Comunista. Ciertas conclusiones nos llevan a una paradoja de Brasilia: esta propuesta de una ciudad comunista con características que no solo valoran las monumentalidades del poder, sino que proponen, a la vez, visibilidad a la población.

Palabras clave: Vilanova Artigas; Brasilia; comunismo.

1. CONCEPÇÃO DE UM NOVO POLO ADMINISTRATIVO

A ideia de uma nova capital administrativa para o Brasil é muito anterior à ambição nacionalista de Juscelino Kubitschek. Apesar de presente nas discussões dos Inconfidentes, em 1798, o primeiro passo da sua construção só seria dado em 1891, com o primeiro Presidente da República Floriano Peixoto, que tratava a ideia da nova capital como uma "necessidade impreterível". Com a preocupação de estimular a ampliação do território e o desenvolvimento nacional define-se a região do Planalto Central como ideal para local a Nova Capital Federal. Em 1891, a primeira Constituição Federal determina, portanto: "Fica pertencendo a União, no Planalto Central da República, uma zona de 14.400 km², que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura Capital Federal." (BRASIL, 1891). Décadas depois, em 1946², uma comissão chefiada pelo General Polli Coelho é enviada para a região e, a partir de relatórios de estudos da região já realizados, determinam que a delimitação do Retângulo deveria ser ampliada para 77.000 km². Em 1953, porém:

[...] o governo de Getúlio Vargas autorizou novos estudos através da CLNCF [...], a partir da qual foram elaborados novos levantamentos. Nesse período, um novo perímetro para o Distrito Federal é definido, diminuindo a extensão de 77.000 km² do Perímetro Polli Coelho. O Perímetro do Congresso é, então, estabelecido com 52.000 km², sobre o qual a nova Comissão manteve estudos. (TAVARES, 2004, p.72).

As inúmeras comissões criadas para dar continuidade aos levantamentos sempre concluíram que a região era apropriada para a construção da Nova Capital, apesar de pequenos déficits encontrados na água do sítio escolhido (o Relatório Anual da Localização, de 1955, sugere soluções para tal problema). Em 1955, um novo relatório, realizado pela empresa americana Donald Belcher & Associates, define cinco possíveis locais dentro dessa mesma área para a localização da capital. Escolheram uma região que "apresentava condições de clima temperado, terreno

contínuo, boa drenagem e potencial para formação de lagos" (EL-DAHDAH, 2010, s.p.) e, concluíram que essa escolha se constituía principalmente pela qualidade do solo (rico e fértil) e pela proximidade dos rios Preto e Descoberto. A região escolhida está localizada em um extenso planalto rodeado pelos vales do Rio Torto e do córrego dos Bananeais, do Ribeirão do Gama e do Riacho Fundo. Localizada mais ao centro do sítio escolhido, havia uma configuração topográfica favorável com 1.000 km², com um terreno de declividade mais suave, facilitando assim o abastecimento de água e os serviços de esgoto através do escoamento de águas pluviais. A região ainda era bastante adequada para a instalação de usinas hidroelétricas, principalmente de baixo custo, e poderia atender às necessidades dos primeiros anos da Nova Capital.

De acordo com Tavares (2004), ainda em 1955, a Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal propõe a vinda de um estrangeiro como coordenador do projeto. Le Corbusier demonstra, assim, interesse e propõe a realização de um plano piloto para a Nova Capital, o qual é recusado por Juscelino Kubitschek³, que sugere valorizar a "[...] fama dos profissionais nacionais" (TAVARES, 2004, p.87). Em 1956, é criada a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil com o objetivo de planejar e construir a nova capital. O então presidente decide atribuir o cargo de diretor ao arquiteto Oscar Niemeyer, que projetaria toda a cidade. Niemeyer aceita, mas se recusa "a elaborar ele mesmo o plano piloto da nova metrópole" (BRUAND, 1991, p.183), propondo um concurso nacional organizado pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) e assumindo o compromisso de projetar os edifícios parlamentares da Nova Capital.

O concurso teve um total de 62 inscritos, todos profissionais da área da arquitetura e planejamento urbano, que estavam relacionados diretamente às mais variadas vertentes modernistas. Os projetos finalistas levavam em consideração a ideia de "cidade ideal", por isso, os planos propostos assemelham-se à "cidade nova, planejada para representar o momento da experimentação, da possibilidade de novas soluções retomando os conhecimentos

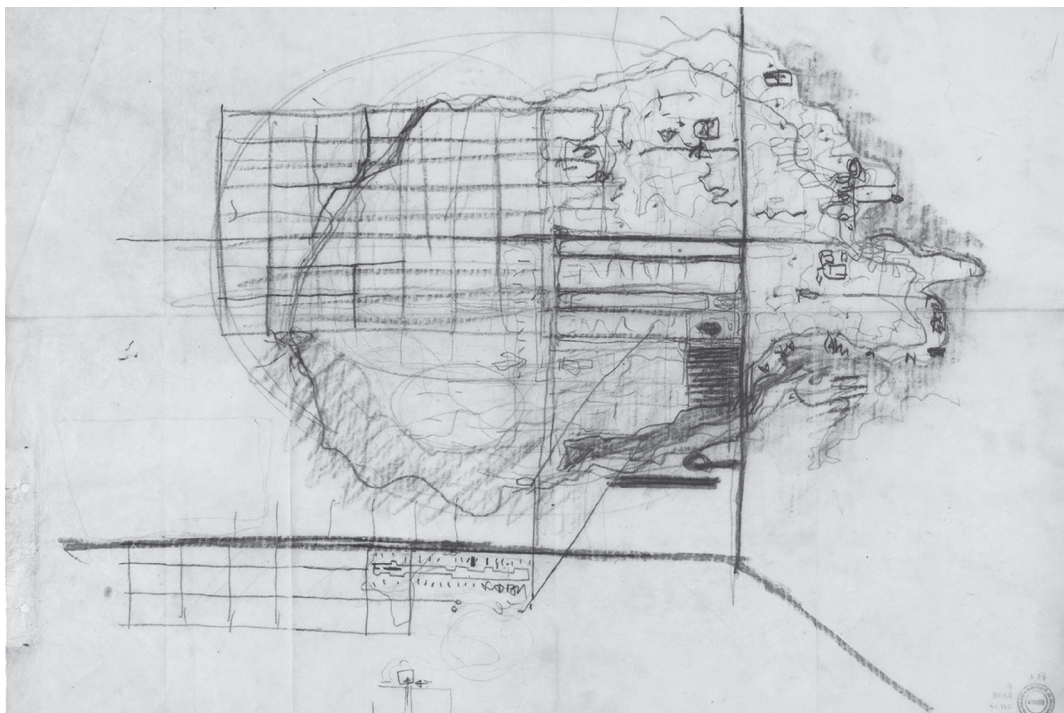


FIG. 1:

Croqui da futura capital realizado por Vilanova Artigas.

Fonte: ARTIGAS, 2016, s.p.

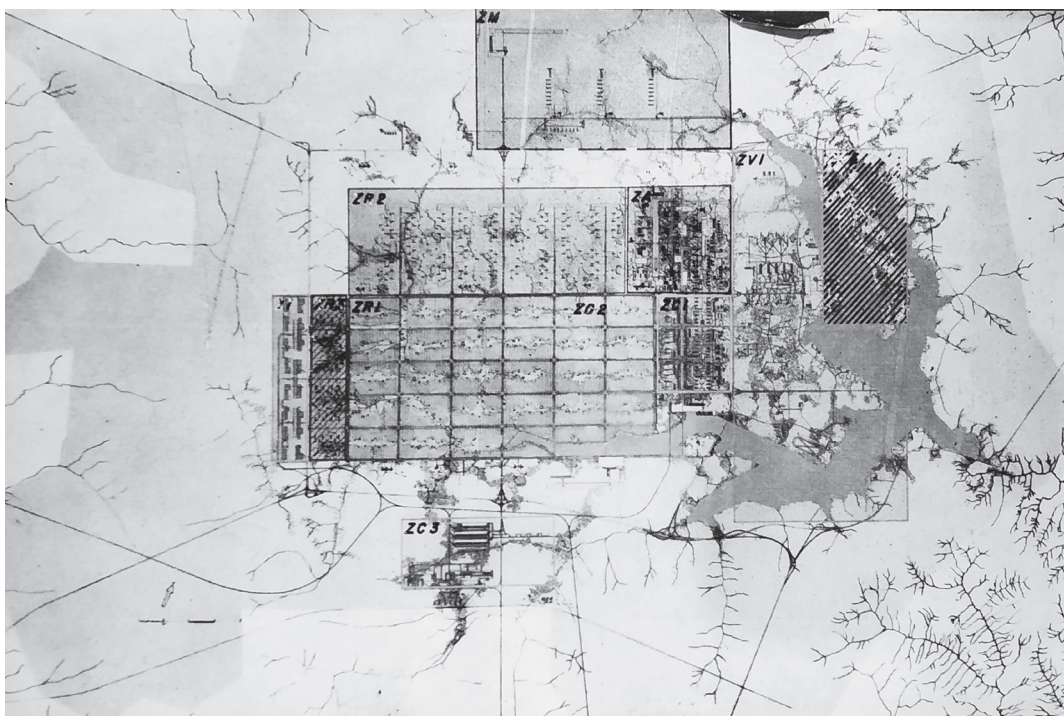


FIG. 2:

Desenho urbano da proposta de Artigas, Cascaldi, Cunha e Almeida.

Fonte: ARTIGAS; CASCALDI; CUNHA; ALMEIDA; 1957, p.28.

passados e os confluindo a respostas aos novos anseios" (TAVARES, 2004, p.24).

Apesar de a proposta escolhida pelo júri do concurso para o Plano Piloto de Brasília ter sido o plano concebido por Lúcio Costa, esse artigo busca uma análise detalhada de um plano menos estudado na literatura arquitetônica, principalmente por ser o último colocado entre os finalistas (FIG. 1). A proposta analisada, classificada em quinto lugar, tinha uma equipe composta pelos arquitetos João Batista Vilanova Artigas, Carlos Cascaldi e Paulo de Camargo e Almeida, bem como pelo professor de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo Mário Wagner Vieira da Cunha. A equipe aponta questões chave como o zoneamento rural, a educação e a saúde pública (FIG. 2) e posiciona seu plano contra os conhecidos modelos que agregam centros, onde a ausência de planejamento e de setorização geram a desorganização espacial. Com isso, esperamos tornar perceptível as distinções entre os projetos, com base nas análises políticas, sociais e econômicas.

2. ESTUDO DE MEMORIAL: PLANEJAMENTO TERRITORIAL

A etapa do planejamento territorial presente no memorial da proposta analisada pode ser considerada um estudo complementar da região para ressaltar o projeto em questão, que, em análise feita pela própria equipe do projeto, agregou informações específicas e atualizou os estudos feitos pelas antigas comissões antes da publicação do edital do concurso. A equipe constatou que o clima tinha características tropicais e, devido à altitude, o retângulo formava uma região onde as condições térmicas são bastante amenas. O memorial descritivo analisa a oscilação anual dos índices de chuva de Brasília, que permanecem entre 1.600 mm e 1.800 mm; as chuvas caem entre outubro e março, e os meses de junho, julho e agosto são os mais secos na região. A vegetação encontrada pelos estudiosos da Missão Cruls já não era a mesma analisada pela equipe do concurso, pois os cerrados e campos limpos — estes tão frágeis, que mal sustentam a vegetação do cerrado — formaram manchas de devastações após

técnicas agrícolas mal sucedidas e queimadas.

Apesar de sua altitude, o retângulo não forma regiões de montanhas, mas extensos campos planos. Em relação ao solo, com base no último relatório da Comissão de Localização da Nova Capital, e em experiências da própria equipe, constatou-se que não era apto a receber as técnicas agrícolas mais utilizadas em outras regiões do país; não somente pela infertilidade de solo, mas também pelas condições de relevo e aproveitamento das águas nas regiões rurais. Com isso, somente uma agricultura intensiva, de alto custo, seria facilmente comportada sob essas circunstâncias. É importante ressaltar que a densidade populacional rural do interior do país, em 1940, era de 1 a 2,5 hab/km², algo extremamente baixo, porém compreensível ao considerar as condições do solo da região.

Devido à baixa densidade populacional (FIG. 3), em comparação aos grandes chapados do Planalto Central constituídos por povoados pré-existentes, o memorial aponta a ausência de oportunidades educacionais na região e uma vida comercial com baixo movimento. Assim, a área de Formosa se destaca por suas características socioeconômicas, políticas e culturais. Com terras apropriadas para pastos, Formosa teria nas criações de gados, preferencialmente de corte, seu único valor comercial. A preservação de terras já existentes contribuiria para que, ao longo do tempo, houvesse melhorias nas condições das criações, estimulando assim a grande indústria de carnes. Com isso, fica evidente que, com o rápido desenvolvimento pastoril, a emigração das regiões do entorno para a Nova Capital é evitada. Além disso, o memorial previa que cidades como Planaltina e Brasilândia ao longo do tempo tornar-se-iam grandes núcleos agrícolas e contribuiriam para o desenvolvimento econômico de todo o retângulo.

Pode-se notar, pela análise do memorial, que desde o início, a equipe levou em consideração todas as características de vegetação e solo, já que uma das principais abordagens era justamente o zoneamento rural. O plano determina que a área mais apropriada para o setor agrícola extensivo se situava ao sul da região, com

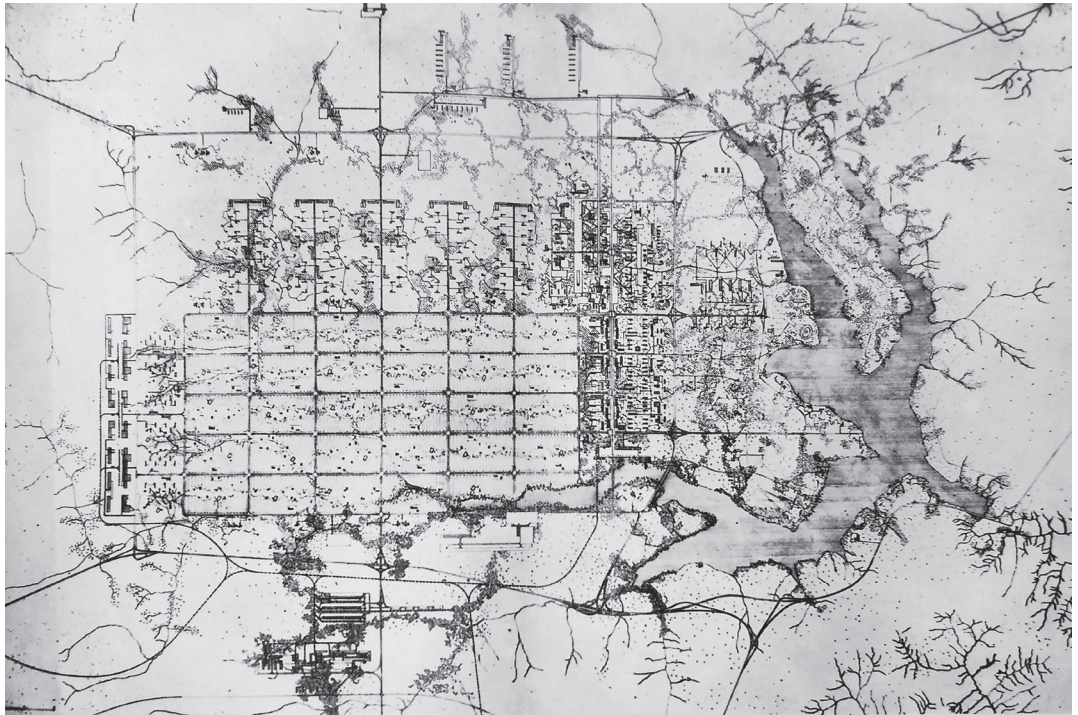


FIG. 3:

Mapa da densidade populacional rural do Brasil.

Fonte: ARTIGAS; CASCALDI; CUNHA; ALMEIDA; 1957, p.13.

boas condições de drenagem do rio São Bartolomeu, por se tratar de uma área mais úmida, com maior índice de manchas verdes e vales que colaboram para a apropriação hortícola.

Os pontos mais elevados da região foram definidos no projeto como áreas de reflorestamento, utilizados como proteção dos mananciais que alimentavam os rios do retângulo. As regiões de mata são áreas preservadas e ocupam o solo mais apropriado para o cultivo agrícola. Mesmo levando em consideração tal fato, para que houvesse planejamento da situação agrícola era necessário compreender como estabelecer condições que permitiriam a utilização dessas regiões sem que as consequências do desmatamento tomassem rumos anormais e descontrolados. O que garante a preservação das reservas florestais e a prática de uma agricultura multiva é justamente a fixação do homem através de agricultura intensiva. Até a realização do projeto, o cultivo e a criação extensiva não alterariam os índices demográficos, e com isso, não haveria desequilíbrio ecológico,

o que se alteraria com a concretização do plano e o aumento da população. Concluiu-se então que o aumento da população rural influenciaria negativamente caso não houvesse um acompanhamento apropriado do poder público.

A proposta de melhoria nas técnicas de cultivo e criação contribuiu significativamente para todo o desenvolvimento econômico do retângulo. Entretanto, poderia haver consequências de cunho jurídico e social, além dos lavradores que provavelmente ali se acomodariam. É nesse ponto que se estuda as características do camponês brasileiro, que embora não tão hermético às questões tecnológicas (em relação à agricultura da época estudada) resiste às mudanças, mas é totalmente dependente da segurança que já lhe é garantida. Com tais respostas, os autores do plano concluíram que o desenvolvimento agrícola só seria de fato funcional se existissem órgãos e sistemas que contribuíssem para as questões científicas e financeiras. Assim, as mudanças teriam impacto mais geral, e não atingiriam só as técnicas

agrícolas, chegando aos sistemas públicos e econômicos.

Geralmente, as características de um país tropical apresentam ótimas condições de adaptação para outros povos, e é o caso da região estudada. As temperaturas raramente ultrapassam os 36°C, o que propicia boa habitabilidade. Apesar disso, é importante ressaltar as consequências de tais características, como, por exemplo, as condições climáticas que são semelhantes durante todo o ano e a forte insolação, que pode influenciar nas edificações em geral e até mesmo no uso da terra.

Considerando todos os estudos levantados anteriormente e as necessidades estipuladas no edital, a equipe planeja um sistema desde a produção rural até a chegada ao consumidor (a Nova Capital, Brasília). Esse sistema partiria do Centro Geral de Abastecimentos, o qual agregaria toda a produção da área. Através disso, a equipe de Artigas, Cascaldi, Cunha e Almeida planejou o zoneamento agrícola em três zonas: Zona Agrícola Intensiva (ZAI), Zona Agrícola Extensiva (ZAE) e a Zona Agrícola Extensiva e Pastoril (ZAEF). O método utilizado para as subdivisões foi pensado para evitar a rarefação demográfica, evitando assim adversidades no sistema educacional e sanitarista. As zonas podem ser descritas da seguinte forma:

- ZAI – Abrange aproximadamente 37.500 ha ao sul e seria subdividida em 1.150 propriedades voltadas ao cultivo e criação de hortaliças e flores, aves e ovos, batatas, cebolas e frutas, suínos e gado leiteiro;
- ZAE – Localizada próxima ao rio São Bartolomeu, seria subdividida em sítios de 100 ha e 200 ha voltados ao cultivo de arroz, feijão, milho e mandioca, além da criação de aves, suínos e gado leiteiro. Com um total de 90.000 ha;
- ZAEF – Localizada na região de Brasilândia, seria subdividida em 300 fazendas mistas de produção agropastoril de 500 ha. Sendo que 100 ha de cada fazenda seriam destinados à agricultura extensiva e os outros 400 ha aos criadores de gado de corte.

Em relação às questões de convívio social, a equipe planejou e previu Centros Sociais, que atenderiam às demandas de ensino, lazer, recreação, assistência

social, comercial e higiênica, os quais serão abordados em outro tópico deste artigo.

3. ESTUDO DE MEMORIAL: PLANEJAMENTO URBANO

Projetar uma capital com uma “cidade administrativa de tamanho mínimo necessário” (ARTIGAS; CASCALDI; CUNHA; ALMEIDA, 1957, p.25) era algo que organizava todo o país tal como um grande centro político. No entanto, existe certa complexidade principalmente pela relação entre os limites projetados desse tipo de centro e os centros comerciais e industriais, trabalhados no tópico anterior. É desse fato que parte a conclusão da equipe de que os grandes centros políticos não devem ser necessariamente similares a todo o resto do país, mas sim influenciados pelo território que abrigaria a nova capital. Muito se fala no memorial sobre o artificialismo como parte dessas influências e, por isso, levou-se em consideração que, de fato, é necessário que haja uma estruturação em relação a outros centros já existentes.

Em comparação a outros países, a capital organiza todo o restante do território a partir de uma “rede de comunicações e mobilidade da população” (ARTIGAS; CASCALDI; CUNHA; ALMEIDA, 1957, p.26), afinal, a reorganização de um país surge a partir de um equilíbrio entre todos os centros urbanos existentes e, de certa forma, cria-se resistências às mudanças, considerando também todas as consequências do desenvolvimento da ocupação humana. O memorial traz como referência a cidade do Rio de Janeiro. Esta, com grandes centros comerciais, industriais, turísticos e culturais, bem como capital política, parte da relação com as fronteiras do país (característica dada pelos autores do projeto como principal para uma capital federal). O tipo de equilíbrio existente na capital Rio de Janeiro é completamente inverso ao equilíbrio proposto para Brasília, afinal, o desenvolvimento de ambas, seja territorial ou político, é claramente distinto. Propõe-se então que a comunicação entre todo o país e também entre fronteiras não seja mais enfraquecida como antes, atingindo o interior antes mesmo das capitais e estabelecendo relações políticas sem que haja necessariamente uma análise

antecedente da própria capital. Com essa proposta política, e levando em consideração a localização da Nova Capital, as comunicações não seriam mais marítimas, como no Rio de Janeiro, e sim pela valorização e adequação das vias terrestres, e como consequência a importância socioeconômica da população adjacente.

A ideia de caracterização de Brasília como cidade de "tamanho mínimo" agregaria menores gastos e maior agilidade em relação à construção e estruturação, assim, expandindo-a para novas funções, mantendo o clima apropriado para uma cidade totalmente dedicada ao poder político nacional. O funcionalismo público é bastante citado neste tópico do memorial, pois com o planejamento correto e o tão estimado "tamanho mínimo" seria possível evitar adversidades como a aglomeração urbana. Ou seja, as questões políticas estão diretamente interligadas às questões urbanísticas, pois os termos utilizados para justificar as escolhas do planejamento urbano podem também influenciar nas características mais óbvias e básicas de uma cidade administrativa, além de agregar valores e proveitos às questões econômicas.

A equipe questiona também as relações entre o restante do país. Na visão dos autores, seria preciso um desenvolvimento livre da cidade para que ocorresse um desenvolvimento mais amplo e, para isso, a ideia de manter certos parâmetros com outras regiões do país era totalmente necessária, também para evitar que Brasília se tornasse o Rio de Janeiro, prejudicando o sistema político com o rápido crescimento demográfico e urbano. O plano propunha então aproximadamente 550.000 habitantes, mantendo a relação entre a Nova Capital e regiões dos arredores para constituir um centro de produção econômica até mesmo durante a sua construção (utilizando mão de obra e produção *in loco*).

A preocupação em retomar influências a um alto crescimento demográfico está presente no próprio relatório de projeto e, por isso, a equipe percebe a necessidade de controlar o desenvolvimento para manter as características administrativas da cidade. A proposta, então, era distribuir a população ativa em três setores: inicialmente, focar na população nuclear integrada pelos servidores federais; logo

após, destacar a população ativa de população colateral, formada por pessoas que residem na cidade para manter relações governamentais ou de negócios; por último, a chamada população derivada, que se constitui de pessoas responsáveis em oferecer comércios e serviços ao restante da população.

Para manter a população nuclear, a equipe criou serviços urbanos para suprir às demandas, e quem cumpriria tais funções seriam as pessoas consideradas população derivada. As atividades exercidas por tal população envolvem transporte, lazer, comércios e serviços em geral e, por ser impossível parametrizar cada atividade exercida por cada pessoa, a equipe justificou a escolha a partir da realidade econômico-cultural. A variedade de culturas presentes na cidade preserva a extensa complexidade de atividades urbanas (e seus valores) em relação aos seus espaços. A partir de estudos entre diferentes significados culturais, em diferentes cidades e elementos históricos de cidades com uma situação semelhante à caracterização estipulada para Brasília, a equipe previu qual seria a população derivada e a população colateral de acordo com um estudo feito no Rio de Janeiro, com propostas de melhorias e certas desconsiderações. Considerando a população nuclear prevista com 130.000 servidores federais, estipula-se que Brasília possa abrigar as outras tipologias de população, desde que seja proporcional a este número.

A justificativa para o estudo do Rio de Janeiro é justamente essa transferência dos servidores para a Nova Capital, e assim, não deveria haver tantas mudanças drásticas. Para que a nova população possuísse boas condições de adaptação, haveria necessidade de melhor qualidade e reduções de valores nos comércios e serviços ofertados, ou seja, mais conforto em todas as atividades exercidas por preços adequados para toda a população. Esse método estima as melhorias e os grandes desenvolvimentos da própria capital. Para que a população nuclear pudesse, de fato, aproveitar todas as atividades disponibilizadas, seria necessário, a princípio, manter o número de pessoas ativas para garantir uma boa qualidade de produção. Assim, Brasília, em 1978, com

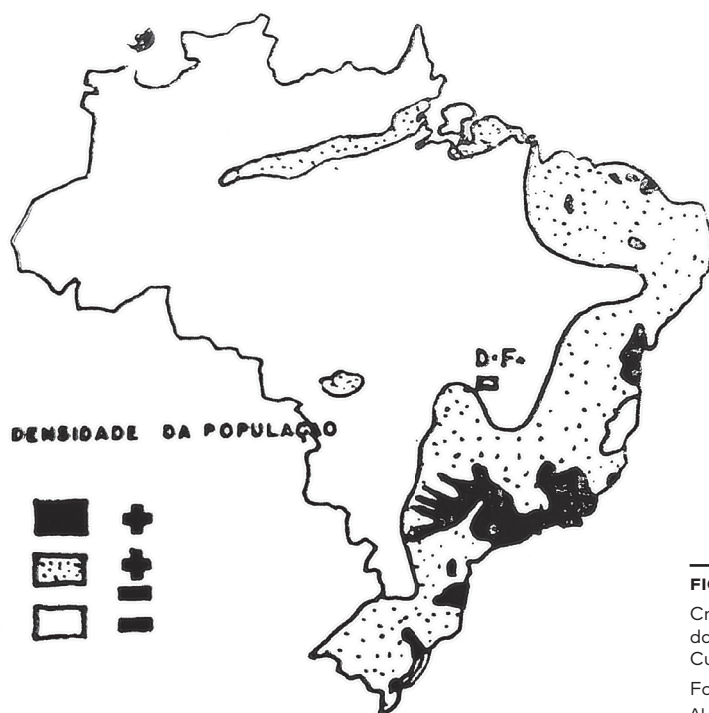


FIG. 4:

Croqui do zoneamento urbano da proposta de Artigas, Cascaldi, Cunha e Almeida.

Fonte: ARTIGAS; CASCALDI; CUNHA; ALMEIDA, 1957, p.27.

seus 550.000 habitantes possuiria plena capacidade e condições para abrigar o número de servidores federais estipulados e todas as atividades necessárias para suprir suas demandas.

O tópico sobre a população construtora é um diferencial no projeto, visto que o projeto vencedor do concurso não propôs nada que pudesse agregar os próprios trabalhadores à cidade construída. Considerada pela equipe de Artigas, Cascaldi, Cunha e Almeida como parte da população derivada, conforme a construção de Brasília, a população construtora seria claramente reduzida de acordo com o desenvolvimento das obras, até sua remoção total ou adaptação à outras atividades (seja dentro da zona rural ou urbana). Ela se contrasta com as outras tipologias de população, principalmente pela sua oposição em relação ao desenvolvimento decrescente ao invés de crescente. Caso houvesse adaptações no meio do planejamento e ao final da construção deveria ser possível adensar pouco além dos 550.000 habitantes estipulados para inserir a população construtora no meio já planejado, readaptando

para novas atividades da nova capital. Apesar da absorção populacional ser de 30.000 operários, apenas 5.000 permaneceriam de fato exercendo suas atividades construtoras para manter edifícios e realizar manutenções na própria capital, e assim, os outros 25.000 seriam readaptados. Considerando os 30.000 operários e suas famílias que, em média, são formadas por cinco pessoas, haveria um acréscimo de 10% como evasão, totalizando 75.000 pessoas.

Mesmo com a redução dessa população, as adaptações habitacionais não seriam as melhores, pelo contrário, seriam as primeiras a serem removidas durante a construção de Brasília (descartando possibilidades de alojamentos temporários, que não dispõem de nenhum tipo de atividades como transporte, lazer, saúde, ensino, entre outros). Exige-se então que haja uma única parte da cidade para abrigar definitivamente essa população (reforçando que, com a construção dos alojamentos definitivos, haveria também outras condições adequadas para a vivência das famílias). A equipe propõe então que a área residencial da zona industrial abrigasse 42.000 pessoas, determinando

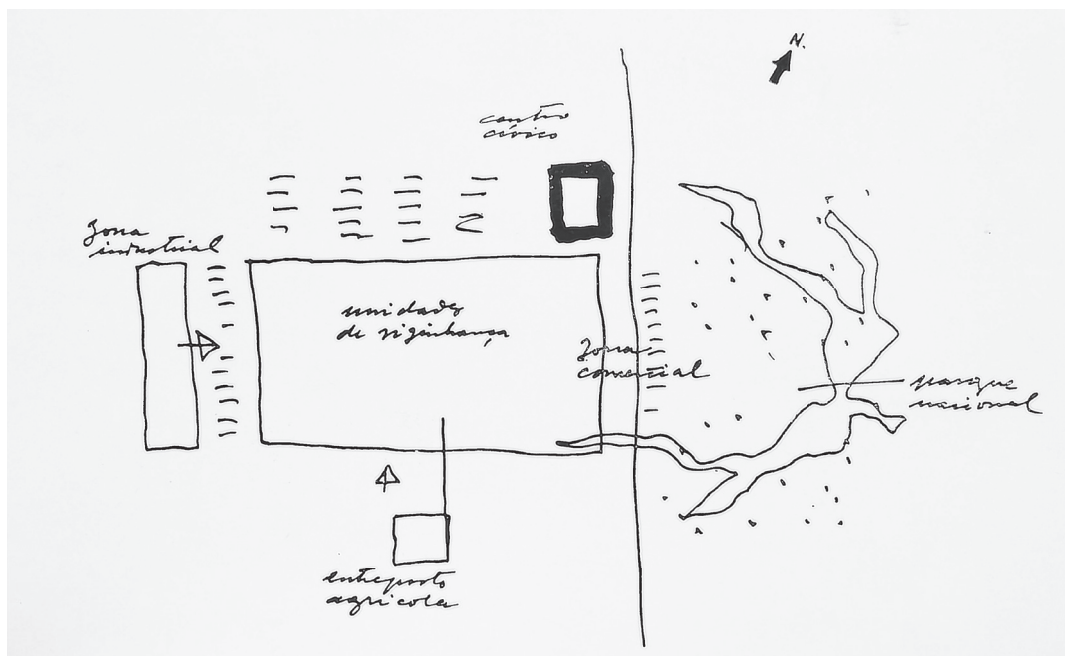


FIG. 5:

Prancha com o zoneamento urbano entregue ao concurso.

Fonte: MÓDULO, 1959, p.76.

quem ficaria definitivamente em Brasília (considerando também seus níveis de produtividade) e localizadas em uma área de fácil deslocamento para as outras áreas com outras funções além da operária (considerando o futuro após a construção). Não se descartou a possibilidade de risco à formação da cidade, pois o não planejamento das habitações implicaria também no desenvolvimento de todo o restante da cidade, contribuindo para o surgimento de favelas e outras habitações irregulares, além de grandes problemas com as questões públicas básicas (saúde, educação, segurança).

Considerando os dados estipulados pelo Plano Urbano para Brasília, pode-se então definir o espaço urbano com elementos definitivos e delimitados, as chamadas "Zonas" (FIG. 4). As zonas são áreas caracterizadas por um núcleo inicial de atividades em expansão que se relacionam entre si, com um estilo de vida a ser desenvolvido. Dessa forma, as zonas se unem a outras já existentes para apoiar a população que ali reside. Ou seja, algumas zonas são bem resolvidas com uma configuração que permite o convívio e o contato pessoal, enquanto outras zonas

necessitam de uma grande atenção para lidar com os problemas e atividades. No caso das unidades de vizinhança, existe o desenvolvimento do coletivo e de pequenos serviços, com atividades mais simples como um teatro infantil, mantendo assim um controle comunitário e o clima mais íntimo. Por outro lado, os grandes serviços só se resolvem de fato em um amplo espaço urbano com contatos mais formais. Assim, caracteriza-se dois gêneros vitais da cidade: "a grande sociedade e as pequenas comunidades que a integram" (ARTIGAS; CASCALDI; CUNHA; ALMEIDA; 1957, p.45). Dessa maneira, o memorial descreve tanto as zonas para uma vida comunitária da cidade divididas em quatro tipos, como sete zonas previstas para a cidade toda (FIG. 5):

- ZR 1 – Zona residencial com unidades de vizinhança isoladas e individuais, para 12.000 habitantes;
- ZR 2 – Zona residencial com unidades de vizinhança com 29.000 habitantes, de apartamentos, com gabarito alto e com o máximo de dez andares;
- ZR 3 – Zona residencial, com unidades de vizinhança de 14.000 habitantes, de apartamentos, com gabarito alto,

destinada, particularmente, às classes sociais de menores recursos;

ZM – Zona militar, além das instalações especializadas, incluirá unidades de residência para o pessoal militar de níveis mais baixos da hierarquia militar e respectivas famílias.

ZA – Zona administrativa de governo ou Centro Cívico da Cidade, em que se situam os prédios necessários ao trabalho do Governo Federal e local, bem como existem acomodações para as manifestações cívicas da cidade;

ZC 1 – Zona comercial de prestação de serviços cujos edifícios de escritórios terão gabarito alto e edifícios para lojas com gabarito de três pavimentos;

ZC 3 – Zona destinada ao armazenamento de mercadorias e ao comércio atacadista, inclusive combustível líquidos, cereais, frigoríficos, grandes garagens e depósitos;

ZI – Zona de indústrias de transformação, necessárias precipuamente, ao abastecimento da cidade;

ZV 1 – Zona verde do grande Parque Nacional, às margens da represa, com instalações para competições esportivas, universidade etc.;

ZV 2 – Zona verde do grande Parque Nacional, às margens da represa, com instalações especializadas para a recreação de fim de semana;

ZV 3 – Zona verde, de prolongamento do Parque Nacional, envolvendo o núcleo urbano, pelo norte e sul, e estando limitada, pelas grandes perimetrais que ligam Brasília ao resto da Nação. É também uma zona destinada a aeroportos, cemitérios, grandes hospitais e presídios, servindo a toda a cidade. (ARTIGAS; CASCALDI; CUNHA; ALMEIDA, 1957, p.45-46).

A distribuição populacional previa onde os grupos populacionais iriam residir, também levando em consideração a população com condições mais precárias. Dessa forma, concluiu-se que por partir de uma ideia de cidade administrativa, sua maior população seria uma extensa classe média (funcionários), com condições de vida, de fato, satisfatórias.

Para finalizar, é de suma importância elucidar a proposta de Centro Cívico do

projeto, que só é apresentado no capítulo "Governo Nacional" do memorial, mas que nesta análise faz-se necessário ser abordado dentro do tópico "Planejamento Urbano" para que haja coerência com os outros elementos já analisados.

Considerando que esse centro cívico teria uma dimensão nacional e não apenas municipal, deveria abrigar funções do governo nacional além de oferecer as condições necessárias para os governos estaduais, para que conseguissem manter suas sedes administrativas dentro da capital brasileira. Dessa forma, o Centro Cívico abrigaria edifícios do Poder Legislativo, Executivo e Judiciário, além de um quarto da área destinado aos escritórios administrativos dos Estados. É neste ponto que a monumentalidade transparece como uma questão importante no planejamento, pois mantém o caráter cultural e político da Nova Capital, utilizando dos meios urbanísticos, arquitetônicos e esculturais relacionados à ideia de uma cidade planejada e considerando ainda o caráter nacionalista do governo federal.

É importante destacar a preocupação da equipe com os aspectos culturais da população brasileira, dessa forma, o traço histórico apresentado na Missão Cruls é mantido, na qual foram determinadas a localização, o tamanho e o traçado inicial das vias internas deste Centro Cívico. Estes elementos foram considerados na proposta como "aspectos dinâmicos do Centro Cívico." (ARTIGAS; CASCALDI; CUNHA; ALMEIDA, 1957, p.87). Com isso, a região teria de oferecer condições metódicas de trabalho e arredar as atividades não compatíveis com a vida cotidiana da sede do Governo Federal. Atividades como bibliotecas e restaurantes foram pensadas para o interior dos edifícios, restringindo-as apenas ao público daquele determinado espaço. Além das atividades cotidianas do Centro Cívico, este também adotaria as futuras grandes comemorações nacionais com o aproveitamento de suas avenidas e instalações (considerando o baixo movimento de regiões próximas ao Centro, nesses dias específicos). A relação com a Zona Militar é destacada neste ponto, dado o fácil acesso para as tropas em dias de comemoração. Considerando as vias de tráfego rápido, citadas dentro

deste mesmo tópico, é preciso apontar as passagens entre o Centro Cívico e as Zonas Comerciais ocupadas por escritórios estrangeiros, consulados, agências governamentais, sedes de sindicatos, associações de classe e sociedade e outros órgãos públicos relacionados ao governo. Os equipamentos como bancos, escritórios comerciais, hotéis e lojas, em geral, se restringiriam apenas à área comercial.

4. ESTUDO DE MEMORIAL: SAÚDE PÚBLICA

Um dos temas mais trabalhados no memorial é a questão de saúde pública e higiene⁴. Anos antes da realização do concurso, de acordo com o memorial, uma comissão técnica do Instituto Oswaldo Cruz apresentou resultados de uma inspeção sanitária realizada na área definida para a Nova Capital. Assim, concluíram a presença de doenças como a malária e a doença de Chagas na região, além de citar uma breve análise climática que conclui que a região de fato atende aos requisitos necessários. A equipe então considera a colaboração do Departamento Nacional de Endemias Rurais para garantir a eliminação da malária e da doença de Chagas — pela ausência de edifícios feitos de madeira ou pau a pique.

A organização do tópico "Saúde Pública" é um ponto positivo no memorial, que previa diversos acontecimentos e, com isso, planejava serviços que acatariam os seguintes conceitos:

- a) À população de Brasília deve-se oferecer, mediante pagamento ou através de serviços oficiais, meios para a promoção ou manutenção de sua saúde, como preceitua a Carta da Organização Mundial de Saúde;
- b) já não é mais possível, máxime nas condições socioeconômicas e sanitárias do Brasil, a separação, nos serviços públicos, de atividades de medicina curativa e medicina preventiva. O planejamento de órgão e de suas respectivas atividades deve ser feito em torno de um único plano local de saúde;
- c) para evitar dispersão de esforços, toda a assistência médica oficial, preventiva e curativa, deve ser feita

unicamente através dos órgãos de saúde governamentais. O financiamento dessas atividades de saúde poderá ser realizado por meio de contribuições do governo federal, dos institutos paraestatais de previdência e da população beneficiada;

- d) deve haver íntima coordenação entre as atividades dos órgãos de assistência médico-hospitalar e dos órgãos de saúde pública, com aproveitamento integral do pessoal, material e serviços existentes;
- e) para cada distrito sanitário deve haver uma só unidade sanitária polivalente e dinâmica; polivalente por exercer em determinada área, todas as atividades de saúde pública que possam ser descentralizadas em um órgão local; dinâmica, visto que deve ir a todos os lares através de suas visitadoras. Subordinados aos centros de saúde haverá sub-centros, os quais exercerão, nas unidades rurais, atividades de medicina curativa e preventiva próprias desse tipo de órgão. As unidades de vizinhança poderão também ser sede de sub-centros para atender apenas a atividades de proteção à mãe e à criança;
- f) a saúde pública deve ser feita não para o povo, mas sim com o povo. A educação sanitária deve propugnar pela participação ativa de todos os indivíduos da comunidade nas atividades, oficiais ou privadas, de medicina curativa e preventiva. Como os centros de saúde e seus sub-centros farão parte de centros sociais, formados, tanto quanto possível, por escolas, parques infantis, hospitais, clubes recreativos para a juventude, etc., as atividades de educação sanitária deverão integrar plano educativo mais amplo chamado educação de base, cuja finalidade última é alcançar melhoria do padrão de vida da comunidade. Na zona rural a educação de base compreenderá também atividades para adestramento da população em pecuária, agricultura, economia doméstica etc. (ARTIGAS; CASCALDI; CUNHA; ALMEIDA, 1956, p.52-53).

A criação de órgãos regionais de saúde era essencial para a organização da saúde pública da cidade proposta, portanto, previu-se a criação do Departamento de Saúde, com o objetivo de administrar essa questão, e a implantação de um laboratório central que realizaria exames

complementares não executados nos centros de saúde. O único centro descartado do planejamento foi o laboratório de produção de vacinas, por causa de sua proximidade com o Instituto Oswaldo Cruz, na região do Distrito Federal. Os centros de saúde seriam organizados minuciosamente "bem como um sistema de prioridade para implantação ou incentivação de atividades" (ARTIGAS; CASCALDI; CUNHA; ALMEIDA; 1957, p.54), sempre considerando as demandas locais e os principais fatores sociais, geográficos, econômicos, entre outros.

É importante destacar os números e índices populacionais para o atendimento de cada centro de saúde determinados pelos integrantes da equipe: 100.000 habitantes (tendo como limite máximo 150.000 habitantes). Considerando uma população de 600.000 habitantes, seriam necessários seis centros de saúde (sendo um deles encontrado dentro do Centro de Abastecimento, com o objetivo de administrar os subcentros rurais). Esses centros de saúde atenderiam as seguintes especialidades: dermatologia, higiene mental, otorrinolaringologista e oftalmologista. Os núcleos rurais abrigariam subcentros de saúde com especialidades permanentes e atividades específicas "tais como atendente, visitadora e inspetor sanitário" (ARTIGAS; CASCALDI; CUNHA; ALMEIDA, 1957, p.54). Contaria ainda com uma equipe enviada pelos centros de saúde, com médicos, odontologistas e enfermeiros, de acordo com as demandas locais. Já os subcentros urbanos teriam especialidades focadas no público materno e infantil (de 0 a 2 anos). O projeto previu trinta e três unidades de subcentros, colocados no centro urbano. Um outro tipo de unidade de saúde planejada seriam os hospitais rurais, chamados de Hospitais-Unidades Sanitárias, e que exerceriam todas as atividades com orientações dos subcentros. Foram previstas sete dessas unidades para priorizar o atendimento daqueles que estão mais distantes dos centros urbanos.

A necessidade de um Hospital Geral deriva de cinco principais necessidades que não poderiam ser exercidas pelos centros de saúde:

a) Prestação de assistência médico-hospitalar às pessoas portadoras de moléstias, às acidentadas ou acometidas

de mal súbito e às portadoras de perturbações tais que possam ser tratadas ou medicadas por serviços e tratamentos hospitalares;

b) servir de campo para instrução de estudantes de medicina, de médicos, enfermeiras e de outros técnicos e profissionais do campo hospitalar;

c) proporcionar meios para o desenvolvimento da pesquisa científica;

d) contribuir para a educação sanitária do povo;

e) contribuir para a reabilitação dos incapacitados físicos e mentais.

(ARTIGAS, CASCALDI, CUNHA, ALMEIDA, 1957, p.55-56).

Dadas as circunstâncias e considerando a possibilidade de futuramente haver a abertura de novos hospitais semelhantes ao planejado pela equipe, o Hospital Geral é proposto para atender todas as especialidades em um único local. A organização hospitalar era tanta que foi determinado no memorial o número de leitos necessários, considerando levantamentos baseados em uma comunidade e os seus fatores socioeconômicos, geográficos e outros, tendo em vista também a sua própria proposta para as unidades de vizinhança na Nova Capital. Dado o índice habitacional proposto de aproximadamente 600.000 habitantes, e considerando os Centros e Subcentros de Saúde propostos, conclui-se a necessidade de:

a) 3.850 leitos para hospitalização geral, neste tipo, estando incluídos leitos para medicina cirúrgica e suas especialidades, pediatria, obstetrícia, ginecologia, moléstias infectocontagiosas, moléstias mentais e tuberculose, estas duas últimas especialidades em suas formas agudas e passíveis de tratamento rápido;

b) 700 leitos para convalescentes e casos de moléstias crônicas que necessitem permanentes cuidados médicos e de enfermagem;

c) 2.100 leitos para moléstias mentais;

d) com relação aos leitos para tuberculose, confessamos-nos incapacitados de propor qualquer coeficiente em virtude do estado atual em que se encontra o tratamento da moléstia e também por não podermos

prever qual será o índice de prevalência para tuberculose da população que irá constituir o novo núcleo. (ARTIGAS; CASCALDI; CUNHA; ALMEIDA, 1957, p.56-57).

Faz-se necessário comentar que na década de 1950, mesma em que a proposta foi entregue, a tuberculose ainda era um grande problema no país, mas somente a partir de 1960 o tratamento passou a ser clínico e não cirúrgico dentro de sanatórios.

A partir da análise dos conceitos urbanos da proposta, a equipe concluiu que a melhor localização dos hospitais seria a zona periférica e rural da região, considerando que esta permitiria assistência hospitalar a toda a população. Assim, a equipe propôs que cada Hospital Geral tivesse uma área mínima de 25.000m², sendo o ideal 50.000m². Já os hospitais voltados para tratamentos psíquicos necessitariam de uma área mínima de 500.000m², sendo o ideal de 1.000.000m². Aos pacientes com problemas crônicos e convalescentes, considerou-se locais tranquilos com vistas agradáveis, com isso, determinou-se áreas semelhantes aos Hospitais Gerais. Aos menores hospitais, integrados com as unidades sanitárias da zona rural, desconsiderou-se um estudo aprofundado de áreas, por seu porte.

Dado por finalizado os pontos chave para a questão hospitalar, porém ainda dentro de Saúde Pública, o segundo subtópico mais abordado no memorial é "Higiene-saneamento". Para determinar os aspectos de abastecimento de água, a equipe considerou que o crescimento populacional aconteceria a cada 100.000 habitantes, até alcançar os 550.000 habitantes previstos. Sendo assim, determinaram que para a primeira etapa de crescimento populacional seria possível "atribuir como média anual a quota de 250 litros/pessoa por dia" (ARTIGAS; CASCALDI; CUNHA; ALMEIDA, 1957, p.60), somando um total de 25.000.000 litros/dia (mais precisamente, 0,290 m³/seg.). Para as etapas seguintes de crescimento, estipularam o critério do aumento de consumo *per capita*, correspondente a 10% da população a ser aumentada. Em relação ao tratamento de águas, determinaram uma área de 6ha para a

implantação de uma estação localizada próxima à represa. A captação das águas seria através de "uma torre, localizada dentro da represa, com entrada de água em várias alturas, de modo a se poder equilibrar as diferenças nível no reservatório de acumulação, como ainda controlar a qualidade da água bruta para o tratamento" (ARTIGAS; CASCALDI; CUNHA; ALMEIDA, 1957, p.60-61). A rede de esgotos foi planejada por gravidade, através de um coletor que conduziria todo o esgoto de águas cinzas até o reservatório de acumulação (uma área de 15ha).

Para a produção de resíduos sólidos, a medida sugerida foi a industrialização e transformações destes em matéria orgânica para fertilizantes. A equipe estimou uma produção diária *per capita* de 1,0kg a 1,5kg, resultando em 10Ton/dia. A área determinada para o tratamento dos resíduos sólidos foi no Centro Geral de Abastecimentos, localizado junto à estação ferroviária, facilitando assim o sistema de importação e exportação.

5. ESTUDO DE MEMORIAL: EDUCAÇÃO E CULTURA

A efetiva preocupação com o equilíbrio urbano e territorial dada neste memorial pode também fazer parte de características imprescindíveis para uma análise das questões culturais. Ações e atrações consideradas sadias para o bem coletivo se fazem presentes para manter a pacificidade coletiva e urbana. Esses fatos são coerentes com a distinção entre zonas de irradiação e as zonas coletivas no núcleo urbano e com isso, surgem partes essenciais do projeto para os casos de educação e cultura: o Parque Nacional e a vida coletiva nas unidades de vizinhança da cidade. Novamente, o valor da coletividade e convívio diário na vida urbana é ressaltado no memorial.

O planejamento do Parque Nacional tem como parte de seu objetivo abrigar as instituições culturais e educativas de grande porte. A localização próxima à represa foi intencionalmente determinada considerando o fácil acesso de toda a população, e claramente chama a atenção para as diversas atividades culturais ali exercidas. Ainda na questão

cultural, e considerando que a antiga capital federal do Rio de Janeiro era palco da vida artística intelectual — as instituições de apoio à arte, como museus e a própria Escola de Belas Artes — continuariam dando todo suporte à cidade do Rio de Janeiro. Contudo, novas organizações surgiram junto aos novos museus, bem como o chamado Instituto de Arte Brasileira, cumprindo a função dos estudos sistemáticos na formação artística, com base nos ideais do Ministério da Educação e Cultura. Sobre recreação em geral, o memorial evidencia o planejamento de áreas verdes nas próprias unidades de vizinhança, além também de centros recreativos e locais de espetáculos. De maneira geral, considerando a amplitude da cidade, a equipe planejou grandes praças e áreas verdes arborizadas, além de estádios, clubes de esportes náuticos, um jardim zoológico, um jardim botânico, hotéis de turismo, parques de diversões e um grande centro esportivo.

A equipe constituiu um sistema educacional relacionado à distribuição das zonas residenciais e uma base curricular desde os anos escolares iniciais até o chamado ginásio, totalmente adaptada para as diferentes populações de Brasília, mas que ainda assim respeitasse a legislação federal educacional da época. Assim poderiam criar um sistema educacional exclusivo de Brasília, que ao mesmo tempo estivesse dentro dos limites. A rede escolar foi planejada para oferecer para cada unidade de vizinhança educação desde os primeiros ciclos escolares até o ensino médio, justamente para evitar problemas de acesso à educação. A justificativa dada para a presença do primeiro ciclo de ensino foram as mães trabalhadoras que passariam o dia fora de casa e que teriam a garantia de uma boa assistência escolar para seus filhos. Já a rede do ensino médio foi prevista considerando a estrutura social das zonas, as ambições educacionais de cada classe social e as necessidades de cada núcleo urbano. Dessa forma, considerando que a classe média seria predominante na futura Brasília, dividiu-se o ensino médio em "ensino secundário" e "ginásio". O sistema de ensino adotado na zona rural considerou as dificuldades de instalação

de uma rede escolar nesse tipo de região com menor densidade oferecendo, assim, somente quando possível, o ensino primário completo e, em alguns casos, apenas a alfabetização básica.

6. ESTUDO DE MEMORIAL: HABITAÇÃO

O tema da habitação não recebeu o mesmo destaque dado à saúde pública, educação e planejamento. Descrito em apenas três páginas do memorial, o assunto restringiu-se à aplicação do modelo de Unidade de Vizinhança⁵ e ao planejamento da vida coletiva como um todo.

As unidades de vizinhança foram projetadas em dois tipos: exclusivamente de edifícios em formato vertical ou de casas isoladas. Os edifícios de apartamentos poderiam ou não abrigar parte dos serviços, ajustando-se dessa forma a todas as necessidades e colaborando para a melhoria no convívio social nos edifícios em si. As unidades de vizinhança foram planejadas para pessoas que passariam a maior parte de seus dias ali, ou seja, crianças e mulheres sem trabalho remunerado. Dentro dessas unidades aconteceriam diversas atividades e elas agregariam equipamentos voltados para educação, saúde e recreação. Deve-se ressaltar que existe uma grande funcionalidade no traçado das unidades, que facilita o contato e a proximidade entre as pessoas residentes, assim, torna-se evidente a melhoria no convívio social, desde sempre tão estimada por Artigas e seus companheiros. Assim, as unidades de vizinhança não são caracterizadas somente pela reunião de atividades variadas, mas também pela aproximação das famílias e pela formação de diversos grupos sociais, desde clubes, grupos de adolescentes, clubes de artes visuais e cênicas, organizações femininas, entre outros. É possível notar que os autores estimulam a formação de atividades favoráveis à vida saudável da comunidade por meio de estruturas espaciais.

A funcionalidade existente dentro das unidades de vizinhança tem como consequência a redução das distâncias, o traçado de vias de pequeno tráfego e a disposição dos lotes, e com isso, a questão de convívio social sempre foi priorizada. Dessa forma, os habitantes das unidades

de vizinhança localizadas próximas à zona industrial, zona militar e centro de abastecimento poderiam facilmente acessar seus locais de trabalho a pé, ao contrário das outras unidades que necessitam de um automóvel ou transporte público para locomoção. Isso deixa claro que o sistema de transporte público proposto pelo projeto (rodoviário e ferroviário) poderia facilmente relacionar todas as partes da cidade, facilitando o cruzamento entre vias de tráfego geral e conectando uma unidade de vizinhança a todas as outras.

Do ponto de vista de tipologias habitacionais não se observa uma distinção de renda, já que a importância é dada apenas pela localização. Ou seja, o padrão estrutural das unidades de vizinhança não está relacionado com as classes sociais existentes na cidade. Naquelas que são destinadas às famílias de alta renda residem os burocratas do governo, como ministros, desembargadores e outros cargos públicos de alta importância. Dentro de cada unidade, a equipe alocou um Centro Cívico da Comunidade que faria a relação direta entre a população e as instituições urbanas (centro policial, bombeiros, presídios etc.) e, dessa forma, a cidade seria mais bem administrada.

Apesar da importância dada ao conceito de unidade de vizinhança para estimular a coesão social nota-se a preocupação dos autores em preservar também os ideais de uma "cidade progressista", isto é, aquela que permite a convivência entre classes sociais e sem nenhum tipo de preconceito, colaborando assim para a formação de um clima de união.

Do ponto de vista da setorização da cidade, a Brasília de Artigas e seus colegas baseia-se em uma divisão socioeconômica do espaço. A principal intenção era fazer com que nas comunidades próximas ao Centro Cívico residissem as famílias de maiores posses e naquelas próximas às regiões industriais as famílias de baixa renda. De qualquer forma, haveria a necessidade de as pessoas trabalharem dentro da comunidade que morassem, porém em outros edifícios. Tendo em vista sua preocupação com aqueles que trabalhariam nas zonas industriais, os autores consolidaram espacialmente as vilas operárias, gerando assim autonomia

aos trabalhadores que residiriam em habitações próximas ao local de trabalho. Dessa forma, considera-se a existência de um zoneamento de classes sociais descrito nesse memorial, incluindo, claro, a burocracia estatal ligada às elites econômicas relacionadas ao Estado.

A análise da proposta permite sugerir que a equipe pensava em um sistema formalizado de classes ligado ao desenvolvimento econômico em que a industrialização teria um papel relevante. A proposta é compatível ao "etapismo" adotado pelo Partido Comunista Brasileiro, que consistia na ideia de que seria necessário um desenvolvimento industrial sob o regime capitalista para alcançar, de fato, a famigerada Revolução Comunista que seria adotada nessa Brasília projetada por Artigas e seus colegas. Cabe ressaltar ainda, que o zoneamento industrial e a nítida preocupação da equipe com as habitações industriais colaborariam para o desenvolvimento estratégico do país através de suas próprias forças produtivas que gerariam seu próprio capital através da industrialização com maquinários.

7. FUNDAMENTOS DE UMA BRASÍLIA COMUNISTA

Nota-se que o plano de Artigas, Cascaldi, Cunha e Almeida se baseia em uma visão integrada entre a cidade e sua região, bem como em uma relação entre desenvolvimento econômico e urbanização, enfatizando o papel do Estado em promover políticas públicas. A equipe destinou grande parte do memorial para a Saúde Pública e a Educação, com isso o plano apresenta uma lúcida interpretação do desafio do Estado Brasileiro no desenvolvimento urbano territorial, afastando-se da premissa de cidade moderna associada ao urbanismo funcionalista de Le Corbusier. O impacto que Brasília causaria em todo o Planalto Central foi considerado desde o início do projeto para que todo o planejamento territorial e distribuição urbana pudessem, de fato, ser efetivados como parte de uma visão sistêmica.

Considerando a sistematização dos setores planejados, onde campo e cidade estão diretamente relacionados à cultura, economia e espaço burocrático, a

Brasília planejada por Artigas e equipe apresentaria resultados suficientemente capazes de compatibilizar a estrutura territorial no núcleo urbano da cidade administrativa e de sua população. A preocupação com a coletividade e o equilíbrio urbano é perceptível na maior parte do memorial. Seria essa a confirmação da inserção de um ideal político de Artigas e sua equipe em um projeto de cidade administrativa no contexto nacional de desenvolvimentismo brasileiro?

NOTAS

1. A presente pesquisa foi previamente apresentada no V Enanparq (Salvador, 2018) e publicada nos anais desse evento e do XVIII Enanpur (Natal, 2019) pela autora em co-autoria com a orientadora.
2. Nota-se que a ideia da construção de uma Nova Capital é retomada durante o mandato do Presidente da República Eurico Gaspar Dutra, estendendo seus estudos até ser, de fato, concebida no mandato de Juscelino Kubitschek, motivado pelo desenvolvimento industrial do país.
3. Eleito em 1955.
4. Talvez seja a principal explicação para o fato de que hoje é possível encontrar o Memorial Descritivo da proposta disponível apenas para consulta no acervo de obras raras da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, doado pessoalmente por Artigas.
5. Nota-se que há uma familiaridade com o modelo Radburn (1928), principalmente no anseio pela escala suburbana e a vida comunitária. O modelo projetado por Clarence Stein contava com moradias e atividades como escolas, playgrounds que poderiam ser facilmente acessados a pé. Dessa forma, não apresentariam indústrias ou atividades agrícolas em seu cotidiano, apenas atividades compatíveis à vida comum. A Brasília de Artigas, Cascaldi, Cunha e Almeida não seria diferente, já que mantinha certo clima intimista entre as habitações e seus elementos, proporcionando o convívio social. Apesar do termo "Unidade de Vizinhança" não ser utilizado no edital do concurso, a equipe ainda sim o utiliza no memorial.

REFERÊNCIAS

- ARTIGAS, João Batista Vilanova. A arte dos loucos. **Fundamentos**, São Paulo, n.20, p.22-24, jul. 1951.
- _____. Os caminhos da arquitetura moderna. **Fundamentos**, São Paulo, n.24, p.20-25, jan. 1952.
- _____. Açúcar, álcool e borracha sintética. **Fundamentos**, São Paulo, n.28, p.10-13, jun. 1952.
- _____. **Caminhos da arquitetura**. 4 ed. São Paulo: Editora Cosac Naify, 2004.
- _____. O Desenho / Vilanova Artigas. **ArchDaily Brasil**, jun. 2016. Disponível em: <www.archdaily.com.br/br/790124/o-desenho-vilanova-artigas>. Acesso: out. 2018.
- ARTIGAS, João Batista Vilanova; CASCALDI, Carlos; CUNHA, Mário Wagner Vieira da; ALMEIDA, Paulo de Camargo e. **Brasília: futura capital federal, plano piloto**. Relatório

apresentado à comissão julgadora do concurso para o plano piloto da nova capital federal. São Paulo, 1957.

BELCHER, Donald J. et. al. **Relatório técnico sobre a Nova Capital da República**. Rio de Janeiro: DASP, 1956.

BISPO, Michelle Duarte. **Artigas em Revista (1947-1984)**. 2017. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Arquitetura Urbanismo, Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2017.

BRAGA, Milton. **O concurso de Brasília**. Sete projetos para uma capital. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

BRASIL. Constituição (1891). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1891.

_____. Conselho Nacional de Estatística. Comissão Censitária Nacional. **Censo experimental de Brasília: População; Habitação**. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

BRUAND, Yves. **Arquitetura Contemporânea no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1991.

COMISSÃO DE ESTUDOS PARA LOCALIZAÇÃO DA NOVA CAPITAL DO BRASIL. Nova Capital Federal. Considerações gerais sobre as Bases para seu Planejamento e Execução. Projetos para Brasília Fontes 387 Parte IV. Rio de Janeiro, s/d.

_____. **Pareceres do Estado-Maior do Exército e do Estado Maior Geral sobre o problema da mudança da capital**. Rio de Janeiro, 1947.

_____. **Relatório Técnico, 1º e 2º partes**, volume I e 1ª parte, volume II, 1ª parte, volume III, Rio de Janeiro, 1948.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL, **I Seminário de Estudos dos problemas urbanos de Brasília**, Brasília, Senado Federal, 1974.

COSTA, Aline Moraes. **(Im)Possíveis Brasília** — os projetos apresentados no concurso do plano piloto da nova capital federal. 2002. Dissertação (Mestrado) — Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2002.

CRULS, Luis. **Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil**. Rio de Janeiro: H. Lombarts & C., 1894.

EL-DAHDAH, Farès. Brasília, um objetivo certa vez adiado. **Arquitextos - Vitruvius**, São Paulo, ano 10, n.119,02, abr. 2010. Disponível em: <www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.119/3363>. Acesso: maio 2017.

MÓDULO: revista de arquitetura e artes plásticas. Rio de Janeiro: (s.n), n.8, jul. 1959.

TAVARES, Jeferson Cristiano. **Projetos para Brasília e a cultura urbanística nacional**. 2004. Dissertação (Mestrado) — Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2004.

SOBRE A AUTORA

Aluna de graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo da Escola da Cidade. Iniciou seus estudos na Universidade São Judas Tadeu em 2015.

gyovannafreire.arq@gmail.com